

Fórum do Património 2022 – 1 de outubro, Estremoz

Património e Participação Democrática

Painel 2 (12:00-13:00) “Políticas de Defesa do património”

Moderador: **Miguel Bandeira** (Fundação Bracara Augusta)

Oradores:

⇒ Alice Tavares (APRUPP – Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património, Investigadora CICECO, DEMAC, UA)

“Da Defesa do valor dos materiais à defesa do edificado antigo pelos Municípios”

⇒ Pedro Bandeira (Jurista – Alcides Martins, Bandeira, Simões & Associados)

“O Património Cultural construído: proteção administrativa e jurisdicional”

-
- Deu nota do trabalho qualificado de investigação e conhecimento na salvaguarda do património construído, designadamente, a importância central da reabilitação urbana;
 - Foram apresentados os valores recolhidos, sobre o perfil da construção em Portugal nos últimos anos, com especial enfoque na reabilitação urbana. Conceito equívoco na legislação portuguesa, que tem servido de caução para facilitar a destruição de muito património construído;
 - Assiste-se hoje nas nossas cidades, especialmente nos centros históricos, a demolições extensas, cuja preservação se reduz a um mero “fachadismo”;
 - Foi igualmente relevado aumento excessivo da produção de resíduos de obra derivados dos imensos estaleiros espalhados pelo país;
 - A política local é caracterizada pela presença diminuta do número de mulheres em cargos públicos autárquicos;
 - Verifica-se igualmente que a maior parte das Câmaras Municipais organizam os Executivos com separação de competências e de protagonista entre os pelouros da Cultura e da Reabilitação Urbana;
 - Identificou-se a importância da missão das ONG’s na Defesa do Património;
 - A centralidade das pessoas nos processos e nas finalidades da salvaguarda do património;
 - Apontou-se a justeza da legislação fundamental do património que carece de regulamentação, tornando-se ineficaz;
 - Apresentou-se as virtualidades dos direitos de participação cívica que estão consignados na lei;
 - Foi igualmente apontada a crescente *judicialização* do urbanismo e do planeamento urbano, que tem contribuído para a subalternização da intervenção técnica, particularmente, da arquitetura e da valorização do património cultural construído;

- Relevou-se a importância do relançamento do espaço público e da sua defesa como campo de intervenção cívica que se relaciona com a defesa do património;
- Salientou-se a importância democrática da participação cívica, em concreto, da intervenção valorada das associações de defesa do património nos processos de decisão;
- Apontou-se a necessidade de melhorar a ação fiscalizadora dos órgãos da administração central e local;
- Finalmente, chamou-se atenção para a importância de se conhecer o alcance do financiamento das autarquias e dos partidos políticos por via do setor da construção.